

## **A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO A PRIMEIRA LÍNGUA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

### **THE IMPORTANCE OF THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS) AS THE FIRST LANGUAGE IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL**

**Patrick Wesley Custodio da Silva<sup>1</sup>  
Michele Sampaio da Silva<sup>2</sup>**

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um breve histórico sobre a educação de surdos, analisar como é o ensino ofertado atualmente nas escolas e refletir sobre a formação docente, voltada ao atendimento de estudantes surdos. Os artigos foram obtidos através de uma pesquisa qualitativa, com caráter bibliográfico, utilizando a plataforma Google Acadêmico. Para apresentação dos resultados, foram filtrados os artigos, totalizando oito, que foram usados para basear e nortear a pesquisa. A partir das informações coletadas, foi realizada uma reflexão sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras), apresentando que a Libras serve como base para o aprendizado da Língua Portuguesa e para a interação dos alunos surdos com os professores, colegas, familiares e sociedade. Também se destacou a importância e a preferência do ensino bilíngue para o aluno surdo, pois esse modelo respeita o processo de ensino-aprendizagem, valoriza e ensina a cultura surda e tem uma metodologia voltada para o aluno surdo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola bilíngue. Libras. Ensino Fundamental.

#### **ABSTRACT**

This work aims to present a brief history of deaf education, analyze how education is currently offered in schools and reflect on teacher training, aimed at serving deaf students. The articles were obtained through a qualitative research, with a bibliographic character taken from the Academic Google. To present the results, the articles totaling eight were filtered, which were used to base and guide the following research. From the information collected, a reflection was carried out on the importance of the Brazilian Sign Language (Libras), showing that Libras serves as a basis for learning the Portuguese language and for the interaction of deaf students with teachers, colleagues, family members and society. Also on the importance and preference

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Fidelis. patrick.silva@fidelis.edu.br.

<sup>2</sup> Especialista. Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Fidelis.  
michele.silva@erasto.edu.br.

of bilingual teaching for deaf students, as this teaching respects the students' teaching-learning process, values and teaches their culture and has a methodology aimed at deaf students.

**KEYWORDS:** Bilingual school. Pounds. Elementary school.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual buscou-se organizar uma busca bibliográfica baseada em artigos retirados da plataforma *Google Acadêmico*. Para a busca utilizou-se os seguintes descritores: “Libras”, “Ensino Fundamental”, e “Língua oficial”. Na primeira busca retornaram mil cento e trinta resultados, após uma filtragem minuciosa, selecionaram-se cinco artigos que atenderam aos critérios da pesquisa.

Para a seleção dos artigos optou-se pela leitura dos resumos, priorizando os que demonstravam maior pertinência à pergunta norteadora: “Qual é a importância de se trabalhar Libras no Ensino Fundamental?”. Durante a etapa de exclusão, após a leitura dos resumos, identificou-se a fuga do tema ou a não relação com a proposta desse presente estudo.

A temática do presente estudo científico decorreu de um interesse vivenciado durante aulas de Libras em uma faculdade convencional. Durante as aulas foi abordada a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação (Brasil, 2002), durante o processo de alfabetização e letramento com alunos surdos e surdos oralizados. Durante as aulas, ficou evidenciado que os estudantes precisam receber material e atendimento diferenciado, com a intenção de tornar propício o acesso à educação, socialização e a sua efetiva compreensão.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é oferecer reflexões pertinentes aos profissionais que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na perspectiva da reflexão sobre a importância da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a primeira língua para alunos surdos, com perda severa e/ou profunda, na perspectiva de garantir uma comunicação definitiva e acrescentar a inclusão em salas de aulas regulares.

A partir dessa abordagem, se os seguintes questionamentos nortearam o estudo: Quais mudanças ocorreram no ensino dos alunos surdos ao longo dos anos?; Por que é importante ensinar Libras no Ensino Fundamental?; Qual é a diferença de uma escola bilíngue e uma escola inclusiva? Como o professor deve preparar suas aulas para atender alunos surdos?

Com base nesses questionamentos, delineou-se os seguintes objetivos: Apresentar um breve histórico sobre a educação de surdos; Analisar como é o ensino ofertado atualmente nas escolas; Refletir sobre a formação docente voltada ao atendimento de estudantes surdos.

Dessa forma, torna-se imprescindível que os profissionais que atuam no Ensino Fundamental busquem formações que forneçam subsídios teóricos e práticos, para que suas práticas favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes surdos.

## **1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

O sentimento de sofrimento fez parte do percurso histórico da educação para os surdos, no sentido de como foram tratados ao longo dos anos, o que acabou por acarretar uma separação entre as pessoas da sociedade, para além da discriminação pela deficiência. Havia também a discriminação associada com as condições financeiras. Essa de maneira desumana, no qual as pessoas surdas carregavam consigo o sentimento de vergonha e acabavam por ficar escondidas, com intuito de se esconder de violências que sofriam pela deficiência que carregavam. Isso aconteceu principalmente durante os períodos de antiguidade e durante o domínio dos gregos e romanos.

Encontramos na literatura em geral, especificamente no período da antiguidade, em que são perfilados inúmeros relatos de atrocidades sofridas pelas pessoas que nasciam deficientes. No tempo do apogeu dos gregos e dos romanos, não faltava preconceito, discriminação e desprezo da sociedade dos “normais” para as pessoas com deficiência. Enquanto os gregos veneravam o intelecto dos seus líderes e mestres, os romanos idolatravam corpos delineados por músculos expressivos e robustos” (MORI, 2015, p. 2).

A deficiência em geral naquele tempo era vista como algo incompleto ou demonizado, gerando uma punição física. Isso ocorria independente da deficiência, pois naquela época o modelo de ser humano ideal se baseava no perfil dos soldados romanos. As pessoas que possuíam alguma deficiência eram chamadas de segregados. Esses segregados eram excluídos pela sociedade, ou seja, não tinham voz e viviam sozinhos, pois a maioria das vezes, seus familiares tinham vergonha e acabavam abandonando ou entregando-os para as autoridades.

[...] a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados” (GARBE, 2012, p. 96 apud MORI, 2015, p. 2).

A educação de surdos começou a surgir apenas por volta de 1500, mais precisamente na Europa, pois, nessa época, os portugueses estavam chegando ao território brasileiro, que até então era habitado pelos indígenas.

O início da educação para surdos foi marcado pela exclusão. Por muito tempo, os alunos surdos sofreram com práticas inadequadas de ensino e ainda não possuíam seus direitos como cidadãos garantidos. “A partir de 1500 os portugueses iniciam sua vinda para exploração e colonização, na Europa a educação de surdos está dando seus primeiros passos” (MORI, 2015, p. 3).

Neste sentido, a educação de surdos foi iniciada com o monge Pedro Ponce de Leon, que ensinava alguns conceitos de física e astronomia para os filhos dos nobres, pois, naquela época, apenas a classe nobre tinha acesso à educação. Além do ensino de línguas para que os alunos surdos pudessem aprender a se comunicar, pois até então a Libras ainda não havia sido descoberta ou desenvolvida.

[...] o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia (GOLDFELD, 1997, p. 25 apud MORI, 2015, p.3).

Em 1620, Bonet fez sua contribuição à educação de surdos, desenvolvendo o *Reduccion*, um livro que discutia o alfabeto manual foi criado pelo monge Leon. Também na Espanha em 1620, de acordo com Goldfeld (1997, p. 25 apud MORI, 2015, p.3), “surge o livro *Reduccion de las letras y artes para enseñar a hablar a los mudos*, de Juan Martin Pablo Bonet. Esta obra discutia a respeito do alfabeto manual, criado por Pedro Ponce de Leon”.

Outro educador que contribuiu para a causa dos surdos foi Charles Michel de L’Epée, conhecido como o “pai dos surdos”. Ele fundou o Instituto Nacional de Surdos Mudos na França em 1750.

Na França, em 1750, o trabalho de Charles Michel de L’Epée, conhecido como um educador filantrópico, mais especificamente, o pai dos surdos. Com o intuito de salvar o surdo, o abade francês se dedicou à sua educação religiosa, fundando o Instituto Nacional de Surdos-Mudos da França, cuja instituição é assumida pelo governo francês e os seus métodos educacionais foram difundidos pelos mais diferentes países do mundo (GOLDFELD, 1997, p. 26 apud MORI, 2015, p.4),

Em 1778, Samuel Heinick apresentou as primeiras ideias sobre a educação oralista dos surdos, na qual a língua de sinais foi deixada de lado e vista como um impedimento.

Em 1778, na Alemanha, cria-se uma escola em Leipzig, onde o representante na área da educação de surdos é Samuel Heinick, de onde surgem as primeiras ideias sobre a educação oralista, rejeitando a língua de sinais. Segundo a filosofia oralista, os sinais atrapalham a fala, impedindo dos surdos a falarem (NOGUEIRA, 2010 apud MORI, 2015, p. 4).

Nesse momento da história, ocorre um embate entre Heinick e L'Épée sobre a educação de pessoas surdas, um defendendo o uso de sinais nas escolas e outro excluindo essa possibilidade. Esse embate permanece até os dias de hoje.

Em 1880, acontece na Itália o Congresso de Milão, onde foi discutido o uso da língua de sinais nas escolas de surdos. Nesse congresso, decidiu-se que o uso da língua de sinais estaria proibido em toda a Europa (MORI, 2015, p. 6).

Por meio dessa proibição, surgiram então anos considerados de fracasso pelos especialistas, nos quais os surdos eram obrigados a se comunicar por meio do oralismo, sendo muitas vezes punidos, como ter suas mãos amarradas.

A partir de então, houve cem anos de domínio do oralismo na educação de surdos no mundo, tido como os anos de fracasso para muitos especialistas. Os surdos em sua educação passam a ser escravizados diante dos ditames do oralismo, sendo-lhes muitas vezes, atadas suas mãos para se comunicarem visualmente, obrigando a se manifestarem por meio da oralidade (MORI, 2015, p. 7).

A educação de surdos no Brasil começou a dar seus primeiros passos por meio de um convite de Dom Pedro II para Enerst Huet, que, dois anos depois, funda o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que servia como um internato para alunos surdos.

A convite de Dom Pedro II, Ernest Huet, um professor surdo francês e sua esposa chegam ao Brasil, em 1855, com o objetivo de fundar uma escola para surdos. Em 26 de setembro de 1857 é fundado o INES, como hoje é conhecido, na cidade do Rio de Janeiro. Ele servia também como um asilo somente para meninos surdos de todo o Brasil. (STROBEL 2008 apud MORI, 2015, p.9).

A partir da década de 1980 até 1990, renasceu no Brasil o uso dos sinais, mais precisamente a filosofia educacional chamada de Comunicação Total, ou seja, o surdo tem a liberdade para se comunicar da forma com que tivesse mais afinidade.

Essa filosofia se originou nos Estados Unidos, na tentativa de melhorar a educação dos surdos. Essa filosofia contempla toda forma de comunicação possível, ou seja, a fala, os sinais, o teatro, a dança, mímica etc.(CICCONE 1996 apud MORI, 2015, p. 10).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mesmo sendo usada por surdos a muitos anos antes, foi oficializada em 24 de abril de 2002, por meio da Lei nº 10.436.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASÍLIA, 2002).

Essa lei reconheceu a Língua Brasileira de Sinais, como uma forma para se comunicar e se expressar, garantindo também a criação de estratégias para tornar a comunicação dos surdos mais acessível. Por meio de entidades públicas de saúde, foi garantido um tratamento adequado e o ingresso em cursos de formação especial (CARDOSO, 2002).

Destacamos que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) não é universal, ou seja, ela é usada apenas no território brasileiro. Cada país possui sua própria língua de sinais.

Ela não é uma língua universal. Por isso, da mesma forma que os ouvintes em países diferentes se comunicam em línguas diferentes (italiana, inglesa, portuguesa etc.) os indivíduos surdos, inseridos em “Culturas Surdas”, apresentam suas próprias línguas, com características e estruturas peculiares; portanto, há muitas línguas de sinais diferentes. (IDALGO, 2008).

Através da Lei 10.436, o cidadão surdo começou a participar de políticas públicas através de suas comunidades, buscando cada vez mais a garantia de seus direitos como um cidadão inserido na sociedade.

Um dos direitos é a educação inclusiva e bilíngue com qualidade. Essa educação bilíngue apoia-se nos ensinamentos da língua de sinais associada ao ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, tendo a seu dispor professores capacitados e um intérprete. Pensando assim numa compreensão e conseqüentemente um rendimento e uma aprendizagem que visa a qualidade (MENEZES, 2006 apud LIMA; OLIVEIRA; APOLINÁRIO; CUNHA, 2016).

Atualmente, ainda existem pessoas que não reconhecem o surdo como um cidadão de direito. Por isso, faz-se necessário que estejam cada vez mais inseridos no âmbito político e que as pessoas tomem consciência para romper com esse tipo de preconceito ainda presente. Afinal, a pessoa surda tem total condição de exercer seu papel diante os desafios da sociedade. Segundo Souza e Santos (2019 p.1), “Infelizmente, muitas vezes a sociedade não enxerga o surdo como um cidadão que apenas tem um limite na audição, nega reconhecer nessa pessoa um ser de direitos e deveres, com uma língua e uma cultura própria.”

A população surda no Brasil segundo o IBGE representa 10 milhões de pessoas, sendo que 7,3 milhões são pessoas que ouvem parcialmente e 2,7 milhões que não ouvem nada. Ainda sobre a população, esses dados representam cerca de 5% da população total do país. Quando pensamos na educação a porcentagem diminui ainda mais.

A falta de acolhimento e inclusão limitam o acesso dos surdos às oportunidades básicas, como educação (somente 7% têm ensino superior completo; 15% frequentaram até o ensino médio, 46% até o fundamental e 32% não possuem grau de instrução). (AGÊNCIA BRASIL, 2019 apud SOARES, 2022, p. 8).

A educação inclusiva é normatizada e baseada na Legislação Brasileira, na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, sendo sustentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Esses documentos normativos de lei colocam como responsabilidade do estado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com necessidades especiais, preferencialmente para serem atendidos na rede regular de ensino.

Lembrando que integração é diferente de inclusão, a integração implica apenas colocar o aluno no ambiente escolar sem um amparo. Já a inclusão exige acompanhamento efetivo para

esse estudante, ajudando-o em suas trocas, relações, interações e no desenvolvimento de suas capacidade físicas, sociais e psicomotoras.

Já a inclusão escolar de acordo com Sasaki (2002, apud SAMPAIO 2012, p.36) é definida “como um processo de adaptação da escola para que todos os alunos, independente de raça, etnia, gênero, situação econômica, deficiências, etc possam receber uma educação de qualidade”. A inclusão pressupõe que a escola se adapte para receber qualquer aluno, e esteja apta para desenvolver uma boa proposta curricular e pedagógica, e assim dar respostas positivas e compatíveis com as diferentes habilidades dos alunos, sempre respeitando suas especificidades (OLIVEIRA, 2017, p.5)

Sendo assim, para promover um melhor desempenho e interação do aluno surdo, é necessário que ele seja incluído dentro do ambiente escolar, tendo direito ao AEE. Lembrando que na maioria das vezes o aluno surdo acaba escolhendo uma escola bilíngue.

## **2 ESCOLA BILÍNGUE**

As escolas bilíngues são instituições que envolvem duas línguas, no caso a Libras e a língua portuguesa, sempre definindo uma das duas como primeira ou segunda e as suas funções (QUADROS; SHMEIDT, 2006, p. 8).

Essa definição, de que a língua de sinais é a primeira e a língua portuguesa é a segunda, depende da região do estado brasileiro, ou seja, cada município ou estado define o que é mais viável (QUADROS; SCHMEIDT, 2006, p. 19).

Em escolas bilíngues, as avaliações, os conteúdos e as atividades são feitos e escritos em Língua Portuguesa, e as explicações dos conteúdos ministradas em Libras. Dessa maneira, o aluno vai aprendendo a usar as duas línguas concomitantemente para se comunicar, não perdendo ou deixando de lado sua língua materna, ou seja, a Libras.

Cabe aqui ressaltar que o pressuposto básico da filosofia bilíngue, segundo Santos (2013, p. 35), “é o aprendizado da língua materna e natural (de sinais) e como segunda língua a oficial de seu país [...]. Um diferencial profundo nesta concepção é a aceitação a surdez”.

Segundo dados de 2020 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na época havia 64 escolas bilíngues de surdos com 63.106 alunos surdos, surdo-cegos e com deficiência auditiva (CLEMENTE, 2020).

As escolas bilíngues trazem muitas contribuições para o aluno surdo e para a comunidade surda, apoiando seu desenvolvimento social, escolar e psicológico. Além disso,



promovem a aprendizagem de sua cultura por meio da Libras, podendo o surdo transmitir seus pontos de vista, conhecimentos, pensamentos e habilidades.

Por isso, os surdos optam por essa modalidade de ensino e não pela modalidade inclusiva.

O objetivo do modelo bilíngue é criar uma identidade bi cultural, pois permite à criança surda desenvolver suas potencialidades dentro da cultura surda e aproximar-se, através dela, à cultura ouvinte. Este modelo considera, pois, a necessidade de incluir duas línguas e duas culturas dentro da escola em dois contextos diferenciados, ou seja, com representantes de ambas as comunidades desempenhando na aula papéis pedagógicos diferentes (SKLIAR, 1997, p.144 apud MOURA; FREIRE; FELIX, 2017, p. 8).

É importante ressaltar que os professores devem receber formação específica para lidar com alunos surdos. Com isso, por meio da Lei nº 10.098 foi implementado o Tradutor Intérprete da Língua de Sinais (TILS). Esse profissional tem a tarefa de promover ao estudante surdo um maior acesso à comunicação e interação social, analisando com cuidado as palavras utilizadas e o que elas significam, fazendo com que sua tradução ocorra da maneira mais compatível com o sentido do texto.

O tradutor intérprete de LIBRAS (TILS) é o profissional responsável por intermediar a comunicação entre Surdos e ouvintes, fazendo a tradução da LIBRAS para o Português e interpretação do Português para a Libras, ele é respaldado pela LEI 12.319 de 01/09/2010 que regulamenta a profissão de TILS, bem como a formação necessária para o exercício dessa profissão. (OLIVEIRA, 2017, p.11).

Destaca-se aqui a escola bilíngue Campus de Palhoça do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) como um exemplo a ser seguido. Essa instituição possui 74 alunos surdos. Esse instituto trabalha com cursos de qualificação profissional, técnicos profissionalizantes, graduação e pós-graduação, tanto para alunos surdos quanto ouvintes.

O instituto busca viabilizar uma efetiva interação entre surdos e ouvintes no campo educacional e profissional, através de turmas somente de surdos, turmas mistas com surdos e ouvintes e turmas só de ouvintes, levando sempre em consideração as dificuldades dos alunos (SANTOS, 2017).

A proposta pedagógica do Campus Palhoça Bilíngue do IFSC privilegia a Educação Bilíngue (Libras | português) desde a escolha dos cursos aos temas de pesquisas que são priorizados. Isso porque o processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos, bem como as metodologias utilizadas em sala de aula consideram as especificidades da educação de surdos, que tem a Libras como sua primeira língua - muito embora não sejam raros os casos de alunos que chegam ao Instituto sem o domínio da língua de sinais e da língua portuguesa. (SANTOS, 2017).

A proposta pedagógica desse instituto deve ser usada como exemplo para as demais instituições de ensino, que apresentam em seu currículo uma educação bilíngue. Pois a Instituição visa o aluno como um todo, ou seja, considerando as suas dificuldades, potencialidades e suas interações, tornando o ensino mais prazeroso e preparando o estudante para a vida profissional.

### **3 AQUISIÇÃO OU APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Para começar a entender como funciona o processo do aluno surdo no âmbito da língua portuguesa, precisamos entender que existe uma diferença entre aquisição e aprendizado. Segundo Fernando (2003, p. 74), “O processo de aquisição é inconsciente e conduz ao domínio dos comandos funcionais das regras da língua sem que seja necessária a consciência da existência dessas regras”.

Para Krashen aprender outra língua é o que a maioria de nós tem feito na escola, por meio de um processo formal e sistemático de instrução, o qual pressupõe a memorização de vocabulários, estudo gramatical, traduções e, algumas vezes, o uso de expressões idiomáticas (apud FERNANDES, 2003, p. 74).

Nesse sentido, a aquisição de uma língua se trata de algo natural, no caso dos alunos surdos, se trata da língua de sinais (Libras). Já a língua portuguesa seria o aprendizado, onde o aluno aprende por meio de memorização, como se fosse o estudo da língua inglesa para os alunos ouvintes.

[...] a língua portuguesa - deverá estar submetida a um processo formal de ensino/aprendizado, mediado por uma instituição escolar. Esse processo não poderá ocorrer naturalmente, tendo em vista ser, do ponto de vista fisiológico, impossível para os surdos a sua aquisição natural, por imersão, por exemplo. (FERNANDES, 2003, p. 74, 75).

O ensino da língua portuguesa deve andar lado a lado com a libras, ou seja, o letramento dessa criança deve começar pelos seus conhecimentos prévios a respeito da sua língua (Libras), partindo do seu nome, que para o estudante já é algo familiarizado. Portanto, não deve ser ensinado algo fragmentado, pois a criança já internalizou dessa maneira por meio de um determinado sinal.

Considera, portanto, que o aluno só será capaz de aprender uma segunda língua à medida que tiver os mesmos conhecimentos na primeira. (LOURENÇO, 2017, p. 67).

É importante ressaltar que a maior dificuldade dos alunos surdos na língua portuguesa se trata da escrita. Pois essa etapa anda em paralelo com a fala e a escuta, ou seja, o professor transmite o som das letras, sílabas, fonemas e os alunos transcrevem em seus cadernos (FERNANDES, 2003).

Dessa forma, a abordagem de letramento para a criança surda deve ser por meio de textos, sempre esclarecendo o significado na Língua Brasileira de Sinais. Portanto, não se pode dizer que é uma transferência de conhecimento de uma língua para outra, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem, no qual o estudante irá aprender e adquirir as duas línguas ao mesmo tempo.

Em relação ao ensino da Língua Portuguesa, Geraldi (1993; 1996) destaca que ele deve se centrar em três práticas: na leitura de textos; na produção de textos; e na análise linguística (PEREIRA, 2014, p. 7).

Quando falamos de se ensinar a língua portuguesa, estamos falando de incentivar os alunos a ler, com o aluno surdo, não é diferente. A leitura é um dos principais aliados do professor no processo de aquisição da língua portuguesa. Por isso, é necessário que os educadores disponibilizem, desde cedo, livros de qualidade e que despertem o interesse pela leitura nos estudantes.

Devido às dificuldades de acesso à linguagem oral, é por meio da visão que os estudantes surdos vão adquirir a Língua Portuguesa, razão por que é necessário possibilitar, desde o início da escolaridade, situações de leitura (PEREIRA, 2014, p.7).

O professor deve ter conhecimento sobre as duas línguas, para conseguir explicar e se comunicar com seus alunos surdos. Muitas vezes esse professor se torna um escriba, escrevendo os relatos de seus alunos na língua portuguesa e eles transcrevendo em seus cadernos. No início essa metodologia pode funcionar, mas com o passar do tempo os alunos podem ficar desestimulados. Nesse caso, o professor deverá proporcionar desafios e situações para que os estudantes surdos possam escrever sem que precisem seguir modelos pré-definidos por seus professores.

Como qualquer estudante, eles necessitam ser desafiados a escrever, a experimentar, a errar e a refletir sobre seus erros. A leitura e a discussão das produções dos estudantes também favorecem a reflexão linguística, uma vez que lhes possibilitam perceber, na análise do seu texto e dos colegas, diferentes formas e estilos de se dizer a mesma coisa e não apenas o modelo único do texto do professor (PEREIRA, 2014, p.8).

O professor, para saber se o aluno é bilíngue e quais são os seus conhecimentos prévios sobre a Libras e a língua portuguesa, deve realizar uma avaliação diagnóstica com esses alunos surdos. Após essa etapa, o professor pode traçar um objetivo e formular seu planejamento pedagógico de trabalho baseado nas dificuldades individuais de seus estudantes, respeitando o nível e o processo de aprendizagem.

O plano poderá incluir, por exemplo, atividades lúdicas em Libras (para os alunos mais novos, ainda em processo inicial de letramento) até atividades de ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (para alunos com alguma proficiência em Libras, que lhes permita acompanhar o ensino da segunda língua (LOURENÇO, 2017, p. 67).

O papel dos pais para o desenvolvimento de uma criança é muito importante, e quando se trata de uma criança que possui alguma deficiência, essa importância se torna ainda maior. No caso da criança surda, os pais devem apoiar seus filhos, ajudar na interação dos mesmos e estar em trabalho conjunto com a escola e com os profissionais que fazem parte da rotina dos seus filhos como intérpretes, psicólogos, entre outros. Tudo isso será refletido na aprendizagem, desenvolvimento, interação e habilidades da criança surda.

Considerado fundamental para que exista uma interação profícua entre as crianças e seus familiares, assim como uma base consistente para a construção da segunda língua, os pais deverão ser incentivados a aprender a Libras (LOURENÇO, 2017, p. 68).

Portanto, é importante trabalhar com as parcerias solidificadas entre pais, estudantes, professores e pares, assim o estudante sente-se acolhido no ambiente no qual faz parte e certamente isso fará a diferença em seu aprendizado.

#### **4 METODOLOGIA**

No presente artigo, foi realizado um estudo de cunho qualitativo com elaboração de revisão bibliográfica, baseado em artigos retirados da plataforma Google Acadêmico. Para a busca, utilizou-se os seguintes descritores entre aspas: “Libras”, “Ensino Fundamental” e “Língua oficial”, filtrados para o período de 2012 a 2022, com o objetivo de encontrar artigos mais atuais. A pesquisa bibliográfica segundo Macedo (1994, p. 13):

[...] é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos, que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revista, trabalhos de congressos, teses, etc.) e o respectivo fichamento das referências

para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

Através dessa pesquisa, foram retornados dois mil novecentos e trinta resultados. Para realizar a seleção desses artigos, foi feita uma leitura de todos os títulos e resumos, excluindo aqueles que não tinham conexão com o tema do artigo. Dos dois mil novecentos e trinta artigos, o número foi reduzido para oito, que nortearam o trabalho e podem ser resumidos nos tópicos: a história de educação dos surdos, escola bilíngue e aquisição e aprendizagem da língua portuguesa. Os artigos selecionados têm como autores: Fernandes (2003), Lourenço (2017), Mori (2015), Moura (2017), Oliveira (2016), Pereira (2014), Quadros (2006) e Vitorino (2020).

## 5 RESULTADOS

Os resultados aproveitados da busca foram resumidos e compilados no Quadro 1, para posterior discussão.

Quadro 1. Resultados

REFERÊNCIAS	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA
Fernandes (2003)	Demonstrar que as (re) configurações discursivas em torno das identidades, alteridade e educação bilíngue se dão a partir de múltiplos olhares e posicionamentos axiológicos. Investigar em que bases teórico-metodológicas estão assentadas as experiências de ensino de português como segunda língua para surdos.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: GONÇALVES (1998), HALL (2000), MCLAREN (1997), WRIGLEY (1996), SKLIAR (1997, 1998, 1999, 2000, 2001) e SILVA (1996, 1997a, 1997b, 2001b). Pesquisa de Campo com professores de escola comum e especiais no estado do Paraná.
Lourenço (2017)	O objetivo é discutir algumas das questões que caracterizam as diferentes etapas da educação básica, os modos de organização e gestão, os currículos, o processo de ensino e aprendizagem e os sujeitos envolvidos nesses processos.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: BUSSATO (2003), DOHME (2011), FALCÃO (2008), GURRUTTI-LOURENÇO (2016), PAULINO (1999), RAMOS (2007), RIZZOLI (2005), VAZ DA SILVA (2012). Documental através da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
Mori (2015)	O objetivo é apresentar a história da educação de surdos desde a sua origem nos Estados Unidos, passando pelo cenário brasileiro até os dias atuais.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: CERTEAU (1998), DORIA (1958), FELIPE (2006), FERREIRA (2004), GARBE (2012), GOLDFELD (1997), MAZZOTA (2001), NOGUEIRA (2010), entre outros. Documental através da Associação Portuguesa de Surdos – APS, Constituição da República Federativa do Brasil, Lei 10.436 e Decreto nº 5.626.

Moura (2017)	O objetivo é o desenvolvimento educacional da comunidade surda através de suas lutas e ressaltar a importância da implantação de escolas bilíngues no Brasil.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: BRITO (1993), JOKINEN (1999), KYLE (1999), LACERDA (1996), QUADROS (2004), QUADROS (2009), SÁ (2002), SKILIAR (1997). Documental através do Decreto nº 5.626.
Oliveira (2016)	O objetivo geral é analisar como acontece o processo de ensino/aprendizagem a inclusão dos alunos Surdos do 6º ano do Ensino Fundamental em sala de aula regular de uma escola pública municipal em Florianópolis-PI.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: BATISTA (2010), CIBERARIS (2012), CONCEIÇÃO (2011), DILLI (2010), FERNANDES (2012), GIL (2010), GUIMARÃES (2012), KALATAI (2017), LACERDA (2013), entre outros. Documental através do Decreto nº 5.626, Ldben nº 9394, Lei nº 10.098, Portaria nº 3.284.
Pereira (2014)	O objetivo é refletir sobre o ensino da Língua Portuguesa para estudantes surdos.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: BAPTISTA (2010), FERNANDES (1990), FERNANDES (2003), GERALDI (1993), GERALDI (1996), LACERDA (2009), LANE (1996), PEREIRA (2000), entre outros. Documental através do Decreto nº 5.626 e Lei nº 10.436.
Quadros (2006)	Apresentar questões sobre como ensinar Português para surdos na educação regular, pensar sobre essas questões e sugestões de como desenvolver atividades para ensinar o Português considerando o contexto apresentado.	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: BELLUGI & KLIMA (1972), BROCHADO (2003), CAPOVILLA (2001), CHOMSKY (1986), CUMMINS (2000), ELLIS (1993), FERREIRA BRITO (1995), entre outros.
Vitorino (2020)	O objetivo é apresentar as barreiras na comunicação entre o surdo e sua família, práticas e vivências como profissionais de Libras e a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE).	Pesquisa bibliográfica baseada nos seguintes autores: ALVEZ (2010), BOURDIEU (1996), CAPELLINI (2004), DURKHEIM (2004), ELIAS (2001), FERNANDES (2012), GARCIA (2007), entre outros. Pesquisa de campo realizada através de entrevistas com professores. Pesquisa documental pois foi utilizado os Decretos nº 5.296 e 5.626, as Leis nº 10.436 e 8.035 e a revista linguagens, educação e sociedade; Intercâmbio; Diálogo Educacional e a Brasileira de Educação.

Fonte: Dados da pesquisa dos autores (2023).

## 6 DISCUSSÃO

Diante dos resultados obtidos, podemos fazer uma relação entre como eram tratados os surdos no passado, segundo Mori (2015), com a educação atual por meio das escolas bilíngues apresentadas por Santos (2017). Mori (2015) relata que os surdos eram maltratados, não possuíam nenhum direito e eram forçados a se comunicar oralmente, ou seja, não podiam

interagir através da Libras. Podemos destacar que essa educação dos surdos começou a mudar por meio da Lei 10.436, que definiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma forma de comunicação e expressão. Por meio dessa lei, as escolas começam a pensar no estudante e em metodologias voltadas para o aluno surdo, surgindo as escolas bilíngues, que, segundo Moura (2017), devem ser implantadas e são importantes para o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Segundo Quadros e Shmeidt (2006), as escolas bilíngues são definidas como instituições que envolvem duas línguas, sendo elas a Libras e Língua Portuguesa. Santos (2017) cita uma escola do campus de Palhoça em que o processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos, bem como as metodologias utilizadas em sala de aula consideram as especificidades da educação de surdos, ou seja, tudo é pensado através das dificuldades e potencialidades dos surdos. Assim como em todo processo de aprendizagem, o professor tem um papel importante, na educação de surdos não é diferente, Pereira (2014) destaca a importância de o professor incentivar os alunos à leitura, pois, como Fernandes (2003) comenta, a maior dificuldade do aluno surdo na Língua Portuguesa é na escrita. Nesse contexto, Lourenço (2017) relata que o plano de aula do professor deve incluir atividades e metodologias lúdicas em Libras, tornando as aulas mais atrativas.

Com isso, podemos dizer que a história da educação dos alunos surdos passou por várias mudanças com o decorrer do tempo e que essa luta não interferiu apenas no processo de aprendizagem, mas também na sua cultura. Por meio da Lei 10.436 o surdo consegue o seu ingresso na sociedade, como um cidadão de direito, legitimando sua forma de comunicação como uma língua reconhecida. Também podemos destacar que as escolas bilíngues são escolhidas, na maioria das vezes, pelo surdo como primeira opção, pois suas metodologias são voltadas para o aluno surdo em si, diferentemente das escolas inclusivas que apresentam uma metodologia direcionadas aos alunos ouvintes.

Por fim, a importância do professor ter um olhar diferenciado, se tornando um professor pesquisador, buscando metodologias lúdicas voltadas para a libras com o objetivo de acrescentar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, podemos dizer que é importante trabalhar a Libras como primeira língua nos anos iniciais do ensino fundamental, pois ela servirá como base para o ensino da Língua

Portuguesa e para a interação com a sociedade. É fundamental que o aluno surdo valorize sua cultura, identifique seus direitos e aprenda sobre o processo histórico de sua língua materna.

Nesse contexto, as escolas bilíngues se tornam a principal opção para os alunos surdos, pois permitem que os alunos aprendam e adquiriram duas línguas ao mesmo tempo, respeitando seu processo e proporcionando meios que facilitem a sua aprendizagem. Podemos destacar que o surdo necessita das duas línguas, pois uma ajudará a se comunicar com a comunidade surda e a outra irá desenvolver a leitura e escrita que atualmente são essenciais para qualquer cidadão.

O professor tem um papel fundamental nesse processo, pois ele terá que ter um domínio sobre as duas línguas, traduzindo e explicando o conteúdo por meio da Libras. Outro fator importante na aprendizagem do aluno surdo é que o professor deve proporcionar aulas mais práticas, utilizando recursos tecnológicos para torná-las mais atrativas. Esses recursos estimulam a comunicação entre os alunos, promovendo aprendizado diferenciado, trabalhando o respeito, aceitação da diversidade e incentivando o protagonismo do aluno, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa onde os alunos surdos apresentam maior dificuldade na escrita.

No entanto, não é só o ambiente escolar que é fundamental para o processo de aprendizagem e de comunicação do aluno surdo. Os pais ou responsáveis por esses estudantes também tem um papel importante nesse processo, ajudando com o uso e a prática dos sinais da Libras e incentivando o aprendizado da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Planalto 2002. Disponível em: <L10436 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 out. 2022.

CLEMENTE, Gabriel. **Educação bilíngue para surdos no Brasil**. Libreria. Disponível em: < <https://libreria.com.br/educacao-bilingue-para-surdos-no-brasil/#:~:text=Segundo%20dados%20de%202020%20do,cegos%20e%20com%20defici%C3%Aancia%20auditiva>>. Acesso em: 30 out. 2022.

**Educação inclusiva:** conheça 3 ferramentas tecnológicas que ajudam na implementação. Elevaplataforma, 2021. Disponível em: < <https://blog.elevaplataforma.com.br/educacao-inclusiva-3-ferramentas/>>. Acesso em: 28 out. 2022.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngue para surdos:** identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese (Doutorado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 213f., 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193718>>. Acesso em: 05 out. 2022.

IDALGO, Adilson. **Língua de sinais**. Londrina, Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (PRAENE), 2008. Disponível em:



<[http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/arquivos/folder\\_05.pdf](http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/arquivos/folder_05.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2022.

LOURENÇO, Érica Aparecida Garrutti. **Educação bilíngue para surdos**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017. Disponível em: <[https://www.alamedaeditora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/caderno\\_residencia\\_Erica\\_ebook.pdf](https://www.alamedaeditora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/caderno_residencia_Erica_ebook.pdf)>. Acesso em 12 out. 2022.

MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Loyola, 1994.

Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **História da educação dos surdos no Brasil**. Maringá: Seminário de Pesquisa PPE, 2015. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

MOURA, Anaisa Alves; Freire, Edileuza Lima; Felix, Neudiane Moreira. Escolas bilíngues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada. **In: Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 1283–1295, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10172>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, Carla Betânia Pereira. **O processo de ensino/aprendizagem a inclusão do aluno surdo no ensino regular de uma escola pública municipal de Floriano - PI**. Piauí: Brasil Escola, 2017. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-processo-ensino-aprendizagem-inclusao-aluno-surdo-no-ensino-regular.htm>>. Acesso em: 30 out. 2022.

OLIVEIRA, Joana D'arc Dutra; APOLINÁRIO, Maria José da Silva; CUNHA, Damiana Fernandes. **As contribuições da lei 10.436 à sociedade, aos profissionais e à educação: inclusão social do surdo**. Paraíba: Realize, 2016. Disponível em <[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA7\\_ID4\\_19072016232608.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA7_ID4_19072016232608.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2022.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Ensino da língua portuguesa para surdos**. São Paulo: Acervo Digital, 2014. Disponível em: <[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/252175/1/unesp-nead\\_reei1\\_ee\\_d11\\_da\\_texto1.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/252175/1/unesp-nead_reei1_ee_d11_da_texto1.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2022.

QUADROS, Ronice Mülle; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. III. Título. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port\\_surdos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANTOS, Sônia. **Escolas bilíngues Libras/Português: veja na prática como funciona**. IFSC, 2017. Disponível em: <Portal do IFSC - Escolas bilíngues Libras/Português: veja na prática como funciona>. Acesso em: 21 out. 2022.

SOARES, Renata Ellen Nunes. **Aprendizagem da criança surda**: uma análise dos processos de ensino e aprendizagem no CAS Rotary Natal/RN. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 47 f., 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46782>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SOUZA, José Clécio Silva de Souza; SANTOS, Mathéus Conceição. Libras na educação: limites e possibilidades. **In: Revista Educação Pública**, v. 19, n. 13, jul., 2019. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/13/libras-na-educacao-limites-e-possibilidade>>. Acesso em 29 out. 2022.

VITORINO, Anderson Francisco; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação bilíngue. O** desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos. Aracaju: Criação Editora, 2020. Disponível em: <<http://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2020/02/livro-bilingue.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2022.